

**Sobre Dados e Direitos Humanos:
Bancos de Informações e de Jornais na Internet
Auxiliam Historiadores e Ativistas em Uberlândia**

**About Data and Human Rights:
Internet News and Information Banks
Help Historians and Activists in Uberlândia**

Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá¹

RESUMO

O site Heróis da Democracia reúne milhares de prontuários de investigações da polícia política brasileira sobre mais de 500 pessoas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba durante as ditaduras entre 1927 e 1982. O artigo conta a história do portal e analisa como jornalistas podem usar a tecnologia de Data Mining para ajudar a contar a história de ativistas e apoiar o resgate da memória pela luta dos direitos humanos no Brasil recente. Para isso, faz um paralelo entre a iniciativa mineira e a divulgação dos telegramas diplomáticos estadunidenses e arquivos das guerra do Iraque e Afeganistão por meio da associação entre os hackers do Wikileaks e grandes veículos de comunicação nos Estados Unidos, Europa e Brasil.

Palavras-chave: Imprensa. Direitos Humanos. Memória. Ditaduras. Dados.

RESUMEN

El sitio Héroes de la Democracia reúne miles de prontuarios de investigaciones de la policía política brasileña sobre más de 500 personas en el Triángulo Minero y Alto Paranaíba durante las dictaduras entre 1927 y 1982. El artículo cuenta la historia del portal y analiza cómo los periodistas pueden usar la tecnología de " Fecha Mining para ayudar a contar la historia de activistas y apoyar el rescate de la memoria por la lucha de los derechos humanos en el Brasil reciente. Para ello, hace un paralelo entre la iniciativa minera y la divulgación de los telegramas diplomáticos estadounidenses y archivos de la guerra de Irak y Afganistán a través de la asociación entre los hackers de Wikileaks y grandes medios de comunicación en Estados Unidos, Europa y Brasil.

Palabras clave: Prensa. Derechos humanos. La memoria. Dictaduras. Datos.

¹ Vinicius Souza é fotógrafo, jornalista, doutor em comunicação pela UNIP/SP, membro do Alterjor (Grupo de Pesquisa em Jornalismo Popular e Alternativo da ECA-USP) e professor de fotojornalismo da Universidade Federal de Uberlândia. Maria Eugênia Sá é fotógrafa, documentarista, produtora audiovisual e diretora da MediaQuatro Comunicação (www.mediaquatro.com). Ambos são também membros e fundadores do coletivo Jornalistas Livres.

Introdução: bancos de dados e *Data Mining*

Há quase um consenso em dizer que vivemos na “Era da Informação”, com acesso, por meio da Internet, a um número ilimitado e crescente de dados sobre absolutamente todos os assuntos. Para se navegar nesse mar, contudo, é necessário mais do que bússolas e astrolábios. É preciso mapas e rotas para se chegar aos tesouros escondidos. E alguns deles somente agora estão sendo digitalizados e disponibilizados. Encontrar, sistematizar, fazer a curadoria (separando as pedras preciosas dos pedregulhos sem valor) e divulgar essas informações para o uso de historiadores e ativistas pode ser uma das funções atribuídas atualmente aos jornalistas que usam o conceito de *Data Mining*². A expressão em inglês que significa, grosso modo, mineração de dados, consiste em montar modelos de cruzamento de variáveis em grandes bases informatizadas buscando padrões, coincidências e inconsistências para mostrar panoramas e cenários que sirvam de suporte a decisões. No caso do reconhecimento da luta pelos direitos humanos, seu uso pode ajudar a reescrever a história recente desfazendo mitos criados por um imprensa conivente com os poderosos e/ou sob censura em períodos de ditadura.

Uma comunista histórica e a origem do Heróis da Democracia

Um exemplo em Uberlândia é o site Heróis da Democracia (<http://www.heroisdademocracia.com.br>³). Lançado oficialmente em 22 de dezembro de 2016, o site reúne os prontuários policiais de mais de 500 pessoas de 44 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba investigadas pelo DOPS-MG – Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais entre os anos de 1927 e 1982, correspondendo a dois grandes períodos ditatoriais de nossa história: o

2 Uma descrição rápida de Data Mining pode ser vista em < <https://www.significados.com.br/data-mining/>>, acesso em 5 de maio do 2017.

3 Disponível em: < <http://heroisdademocracia.com.br/portal/>>. Acesso em: 7 maio de 2017.

Estado Novo de Getúlio Vargas e a Ditadura Civil-Militar inaugurada com o golpe de 1964. A ideia surgiu a partir do lançamento em Uberlândia do livro *Lucília – Rosa Vermelha*, de Luciana Maluf Vilela e Luiz Alberto Molinar, alguns anos antes. Na obra, a veterana comunista citava centenas de nomes de lutadores pela democracia, especialmente os que foram filiados ao Partido Comunista Brasileiro⁴. Para apoiar a pesquisa, Molinar e Vilela foram buscar os arquivos policiais do DOPS-MG, enviados em 2005, quase que na íntegra, do Arquivo Nacional para o Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Entre 2008 e 2009, Molinar e Vilela se debruçaram sobre os arquivos originais para escrever a obra sobre a feminista e comunista Lucília Soares Rosa, uma das 17 primeiras vereadoras de Minas, eleita pelo PCB em 1947, na cidade de Campo Florido, na região do Triângulo Mineiro. A fonte inicial foram as mais de mil cópias reprográficas dos documentos do DOPS-MG feitas (e pagas) pelo engenheiro e interessado pela história da esquerda na região Lauro Guimarães que as descobriu no Arquivo Público Mineiro – APM. No livro que resultou da pesquisa e foi lançado em 2012, são citados cerca de 600 nomes de ativistas perseguidos, por motivos religiosos ou políticos, desde o século XIX. A polícia política oficial, no entanto, se preocupava pouco com atividades de espíritas e maçons, e mais com movimentos estudantis, feministas e de organizações políticas mais à esquerda.

Arquivo Público Mineiro e os lutadores do Triângulo

Dos milhares de arquivos enviados, 96 rolos de microfilmes faziam referência aos presos e investigados pela polícia política na região do Triângulo Mineiro entre 1927 e 1982 e estão à disposição dos interessados. Diferente do Arquivo Nacional,

⁴ Fundado em 1922 e atuante até hoje, o partido foi a mais perseguida das agremiações políticas no Brasil, tendo estado na ilegalidade por quase metade de sua existência, incluindo os dois períodos ditatoriais analisados nesse artigo. Fonte: Breve Histórico do PCB, disponível em <<https://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>, acesso em 7 de maio de 2017.

entretanto, que censura os nomes de investigados mostrando aos pesquisadores apenas os dados referentes à pessoa que solicita a pesquisa, no Arquivo Público Mineiro apenas “questões íntimas” não estão “riscadas” nos documentos. O motivo, segundo informou Molinar numa entrevista informal para esse artigo, é que “normalmente os policiais aumentavam nos documentos as denúncias sobre a periculosidade dos investigados e às vezes incluíam questões de comportamento moral ou sexual, verdadeiras ou falsas, para ‘ganhar prestígio’ dentro das delegacias”. Se as informações policiais não podem ser consideradas automaticamente como verdadeiras, o fato desses documentos não terem sido destruídos e apresentarem as acusações feitas a civis com alguma atividade política representa uma importante fonte primária de informações sobre a luta política no Brasil.

Involuntariamente e contraditoriamente aos seus objetivos os algozes da liberdade de pensamento escreveram e preservaram a história de seus desafetos – mesmo que por sua versão, e às vezes distorcida –, registrando, documentalmente, dados, nomes, datas e locais ligados ao combate à organização de movimentos que afrontavam o status quo. O acesso à informação é princípio fundamental à solidificação da democracia e à plenitude do Estado de Direito. Até há pouco a história era escrita somente pelos “vitoriosos”. Com os avanços da cidadania, pesquisadores, arquivos públicos, universidades e a internet têm contribuído, imensamente, para se ter a memória revista. (HERÓIS, 2016, Apresentação. Disponível em <<http://heroisdademocracia.com.br/portal/apresentacao>. Acessado em 6 de maio de 2017).

Ao mesmo tempo, os técnicos no APM começaram a digitalizar o acervo para sua disponibilização, via Internet, a um público mais amplo, apesar de ter divulgado pouco essa iniciativa. Com o sucesso do livro, outros jornalistas, pesquisadores e antigos ativistas passaram a buscar Molinar e Vilela para conseguir informações sobre a história do comunismo no Triângulo Mineiro e eram sempre enviados ao APM. Mas em 2016, com o apoio da então Secretária da Cultura de Uberlândia, Iara

Helena Magalhães, surge a ideia de copiar esse acervo e disponibilizá-lo na principal cidade da região através do Arquivo Público de Uberlândia.

Acontece que como o acervo completo já estava digitalizado e disponibilizado pelo site da APM, já não fazia sentido copiá-lo. Assim, com o auxílio do programador e designer web Wolney Mamede, Molinar e Magalhães construíram em quatro meses o site Heróis da Democracia, filtrando através da interface local a base de dados do Sistema Integrado de Acesso do APM, em Belo Horizonte, para apresentar os prontuários dos comunistas da região facilitando a pesquisa por nome e cidade. Apesar do apoio institucional da Secretaria de Cultura, da Prefeitura e do Arquivo Público de Uberlândia, além da colaboração do APM e da Secretaria de Cultura de Minas Gerais, não houve investimento financeiro desses órgãos, de modo que os autores tiveram de pagar do próprio bolso o desenvolvimento do site. Essa ação, contudo, foi possível também devido a uma lei estadual de 2011, a Política de Arquivos do Estado de Minas Gerais.

A política de arquivos do Estado de Minas Gerais foi sancionada em 11 de janeiro de 2011 por meio da Lei 19.420. Esta política compreende as ações do Estado relacionadas com a produção, a classificação, o uso, a destinação, o acesso e a preservação de arquivos públicos e privados, estabelecendo objetivos que buscam conjugar o papel do Estado e da sociedade na sua implementação. Dentre os objetivos da política estadual de arquivos, podemos destacar alguns, como: “fortalecer a rede de instituições arquivísticas públicas”; “contribuir para a constituição e a preservação da memória estadual e nacional”; “apoiar tecnicamente a constituição e a manutenção de arquivos nos municípios”; “estimular a participação da sociedade na constituição de arquivos públicos e privados de interesse social”. O módulo Arquivos Públicos Municipais de Minas Gerais foi idealizado para apoiar os municípios mineiros na tarefa de constituição e manutenção de arquivos municipais. Esse módulo está estruturado em duas vertentes: uma para divulgação de textos que abordam as questões legais e de caráter teórico-metodológico e uma segunda para abrigar a ficha de cadastramento dos arquivos municipais do Estado, que permitirá a construção de um banco de dados on-line contendo informações sobre os referidos arquivos. (APM, S/D. Disponível em <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/municipal/destaque.php>>, acesso em 7 de maio de 2017).

A contribuição dos jornalistas

Molinar, jornalista por formação e Magalhães, de biografia versátil mas ex-professora de cursos superiores de jornalismo, foram fundamentais na idealização da curadoria das informações e modo de sua apresentação no site. O papel do jornalista não pode ser menosprezado nesse contexto, afinal:

O jornalismo não é uma atividade como qualquer outra. É certo que os homens que produzem nosso noticiário cotidiano não se distinguem muito do homem comum, mas há uma diferença, algo adicional, que é a de exercerem a função de reconstruir diariamente o mundo, despejando verdades cristalizadas sobre as pessoas, exercendo uma tranquilizadora e gratificante atividade de manter o mundo exatamente como ele é. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 10)

De fato, o acesso a grandes bases de dados e sua disponibilização crua na Internet não garante de forma alguma a compreensão e utilização dessas informações se não houver um trabalho de “curadoria” que possa separar o material interessante do lixo digital. Fazer um primeiro cruzamento por meio de sistemas de informática, o *Data Mining*, ajuda a retirar grande parte dos pedregulhos. Mas é preciso ter experiência com o assunto e conhecer o interesse público e os mecanismos de divulgação para encontrar as pedras preciosas e exibi-las.

O exemplo mais contundente disso é o site *Wikileaks*⁵, do ativista australiano Julian Assange. Os primeiros vazamentos de informações confidenciais de governos foram feitos diretamente pelos hackers do grupo, o que o tornou conhecido. Mas quando tiveram acesso em 2010 ao incrível volume de mensagens diplomáticas (mais de 250 mil telegramas) do governo americano e vídeos e gravações de áudio de operações militares nas guerras que o país se envolveu no Iraque e no Afeganistão, perceberam que não poderiam simplesmente liberar o material cru na

5 Disponível em < <https://wikileaks.org/> > acesso em 8 de maio de 2017.

rede.

Algumas pessoas dizem que a internet está matando o jornalismo. A história do WikiLeaks é uma combinação dos dois: técnicas de jornalismo tradicional e o poder da tecnologia, usados para contar uma história extraordinária. No futuro, o jornalismo de dados pode não parecer tão incrível e novo, mas hoje ele é. O mundo mudou e foram os dados que o transformaram”. [...] O material encontrado nos documentos vazados, por mais extenso que fosse não era “a verdade”. Muitas vezes era apenas uma indicação de uma parte da verdade e exigia interpretação cuidadosa. (ROGERS, Simon apud, LEIGH e HARDING, 2011, pp 113 – 115)

A solução foi uma parceria inédita entre o grupo e alguns dos principais veículos de mídia do mundo ocidental (The Guardian na Inglaterra, The New York Times nos Estados Unidos, Der Spiegel na Alemanha e El País na Espanha⁶) para que cada um recebesse os arquivos referentes ao país em que atuam de modo a peneirar o que tinha valor e o que não tinha.

A primeira coisa a fazer era construir um mecanismo de busca que pudesse tornar os dados coerentes – e a próxima era trazer correspondentes estrangeiros e analistas de relações exteriores com conhecimento detalhado dos conflitos no Afeganistão e no Iraque. A peça final da empreitada jornalística foi introduzir um procedimento de redação, de modo que nada que publicássemos pudesse expor fontes vulneráveis ou comprometer operações especiais ativas. Dar coerência aos arquivos não foi tarefa fácil. Há pouquíssimos paralelos nos anais do jornalismo – se é que há algum -, nos quais uma organização noticiosa tenha precisado lidar com uma base de dados tão vasta. [...] Pouco mais de dois mil dos 250 mil telegramas diplomáticos foram publicados, e, seis meses após a primeira publicação dos diários de guerra, ninguém foi capaz de comprovar algum dano à vida ou à integridade física. (RUSBRIDGER, Alan apud LEIGH e HARDING, 2011, p. 19).

Acessos, nomes e os jornais progressistas do Triângulo

6 No Brasil houve uma parceria do The Guardian com a Folha de S. Paulo por meio da jornalista Natália Viana, fundadora e diretora da agência de investigação jornalística nacional Pública < <http://apublica.org/>>, acesso em 8 de maio de 2017.

O lançamento do portal Heróis da Democracia teve boa repercussão na mídia regional, tendo sido objeto de reportagem no Jornal da Manhã⁷, de Uberaba; no Diário do Comércio⁸, de Uberlândia; na TV Paranaíba⁹, retransmissora da Rede Record; na TV Universitária¹⁰, da Universidade Federal de Uberlândia; no portal G1 Triângulo¹¹ e da TV Integração, retransmissora da TV Globo. Com a divulgação, o site teve mais de mil acessos no primeiro mês. Mas esse número caiu depois, mas ainda assim de 22 de janeiro a 22 de abril foram somados cerca de 2.000 acessos. Ao mesmo tempo, a base de dados foi ampliada. Aos 310 nomes iniciais foram acrescentados os prontuários de mais 200 pessoas investigadas pelo DOPS-MG. A ideia é continuar incluindo informações. Mas com a mudança de partido na prefeitura da cidade e na direção da secretaria de cultura, parece não haver interesse na continuidade do apoio oficial.

Uma das perspectivas interrompidas foi fazer um sistema para o cruzamento das informações policiais com recortes digitalizados de jornais da região nas décadas de 1960 e 1970. É que a pesquisa de Molinar e Magalhães no APM revelou que havia não apenas prontuários do DOPS no arquivo mas também coleções, ainda que incompletas, de jornais antigos que os autores reputam como “progressistas” na página Memorial da Imprensa – Hemeroteca Digital do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba¹². Por isso, o portal Heróis da Democracia tem uma página¹³ com links para veículos da época nas cidades de Ituiutaba (Folha de

7 Disponível em < <http://heroisdademocracia.com.br/portal/coluna-falando-serio/>> acesso em 10 de maio de 2017.

8 Disponível em < <http://heroisdademocracia.com.br/portal/secretaria-da-cultura-lanca-o-site-herois-da-democracia/>> acesso em 10 de maio de 2017.

9 Disponível em < <http://www.tvparanaiba.com.br/videos/herois-da-democracia-historias-de-quem-lutou-pela-liberdade/>> acesso em 10 de maio de 2017.

10 Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=f1UHVcOHvrM>> acesso em 10 de maio de 2017.

11 Disponível em < <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/12/site-resgata-memoria-de-vitimas-da-ditadura-no-triangulo-e-alto-paranaiba.html>> acesso em 10 de maio de 2017.

12 Disponível em < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/memorial_imprensa/> acesso em 10 de maio de 2017.

13 Disponível em < <http://heroisdademocracia.com.br/portal/publicacoes-progressistas/>> acesso em 10 de maio de 2017.

Ituiutaba, 183 edições entre janeiro de 1961 e abril de 1964), Sacramento (O Estado do Triângulo, 116 edições entre dezembro de 1977 e dezembro de 1982), Uberaba (Jornal do Commercio, 10 edições entre junho de 1931 e abril de 1932; Jornal da Manhã, 704 edições entre agosto de 1979 e dezembro de 1982¹⁴ ; e Uberlândia (O Estado de Goyaz, sete edições entre dezembro de 1940 e maio de 1941).

O mais importante talvez seja o último, cujo diretor, Abraão Isaac Neto, foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro em 1947 na capital goiana mas teve de transferir a redação e impressão do veículo por vários anos para Uberlândia. Neto é um dos 124 nomes da cidade que têm os registros no DOPS-MG disponibilizados pelo portal dos Heróis da Democracia. No registro¹⁵, seu nome e cargo aparecem em uma lista de “Jornais Comunistas em Minas Gerais” em que também constam a periodicidade diária dO Estado de Goyaz, a informação do nome do fundador (“o comunista José Aiube, já falecido”), os nomes do redator-chefe Pedro Silveira, do gerente Pedro Gomes e o endereço da redação na Avenida João Pinheiro, 332, Uberlândia, Minas. Hoje existem poucos exemplares do jornal, com o Instituto Geográfico e Histórico de Goiás, por exemplo, possuindo apenas dois números do ano de 1945 em seu acervo¹⁶.

O Movimento Dados Abertos, transparência e futuro do Heróis da Democracia

Com a digitalização das informações e o acesso cada vez maior das pessoas à Internet, no mundo todo está crescendo um movimento pela transparência dos dados governamentais. O sentido não podia ser mais lógico: os cidadãos têm direito a saber o que os administradores públicos fazem com o dinheiro dos impostos. No

14 A coleção segue além de janeiro de 1983, mas como os registros no DOPS-MG disponíveis vão apenas até 1982, nós paramos de contar as edições em 31 de dezembro daquele ano.

15 Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3749&imagem=578> acesso em 10 de maio de 2017.

16 Fonte: <<http://seeg-go.com.br/conheca-goiania/atracoes-turisticas-de-goiania/3/?nggpage=2>> acesso em 10 de maio de 2017.

Brasil, além das iniciativas independentes em alguns municípios e estados, uma legislação específica sobre o assunto foi sancionada há cinco anos pela então presidenta Dilma Rousseff: a Lei de Acesso à Informação – LAI.

A Lei no 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

(GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>>, acesso em 7 de maio de 2017).

A nova lei, apesar de ainda não estar sendo devidamente respeitada por todos os órgãos públicos e entes federativos, vem tendo grande sucesso para as entidades jornalísticas, especialmente no jornalismo investigativo, e as que tratam de direitos humanos. Em 16 de maio desse ano, por exemplo, em artigo¹⁷ escrito conjuntamente por Guilherme Alpendre, diretor-executivo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji, Juana Kweitel, diretora-executiva da ONG Conectas Direitos Humanos, Manoel Galdino, diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, e Paula Martins, diretora-executiva da ONG Artigo 19, a sociedade civil comemorava os avanços da lei e suas limitações até o momento:

A Lei de Acesso à Informação, em vigor há cinco anos, já fez história no Brasil. Revelou à sociedade que a revista vexatória, prática imposta às visitantes em presídios, é, além de humilhante, ineficaz. Trouxe à luz contratos da Sabesp que previam benefícios a grandes consumidores de água em meio à maior seca registrada

17 Disponível em <<http://artigo19.org/blog/2017/05/16/uma-lei-de-acesso-a-informacao-para-o-brasil-de-amanha/>> acesso em 17 de maio de 2017.

no Estado de São Paulo. Expôs a lista de empresas e pessoas que submeteram trabalhadores a situação análoga à de escravo. Mostrou que uma em cada quatro pessoas assassinadas em 2015 na capital paulista foi morta pela polícia.

Como se vê, já é possível exigir dados dos governos, inclusive os mais “sensíveis” como números gerais e detalhes de pessoas assassinadas pela polícia (no incrível percentual de 25% dos homicídios totais no estado mais populoso do país com maior número de assassinatos por ano no mundo), mesmo que eles não estejam visíveis para o cidadão comum. Como aponta a jornalista Sandra Crucianelli (2013, p. 55) “O que os governos não fazem quando o assunto é dados abertos, as comunidades, as organizações da sociedade civil e os meios de comunicação fazem”. Os dados sobre assassinatos em São Paulo, por exemplo, assim como costuma acontecer mesmo quando as informações estão disponíveis de forma aberta na Web, precisam ser separados, tratados e visualizados de forma clara pelos jornalistas (normalmente com o auxílio de programadores) para poderem ser traduzidos em matérias ou disponibilizados em portais como o Heróis da Democracia.

Uma sugestão para o futuro do site seria criar novas seções no formato de Mashup, quando aplicativos permitem a visualização ativa e interativa de conteúdos externos de outras bases de dados. Ao invés de somente filtrar e disponibilizar os links para a página de resposta de busca por nome da base do APM, o portal do Triângulo Mineiro poderia mostrar as informações diretamente em sua interface, sem abrir novas janelas. E outras bases de dados atuais poderiam ser incorporadas, como por exemplo as informações atualizadas de inquéritos policiais que ainda possam persistir a respeito dos sobreviventes das violações de direitos humanos da última ditadura.

Considerações finais

Apesar da falta de financiamento para se aprofundar nas pesquisas, melhorar os sistemas de cruzamento de dados e ampliar a divulgação, o portal Heróis da Democracia tem se mostrado uma ferramenta importante no resgate da história de atores da região do Triângulo Mineiro perseguidos por duas ditaduras no Brasil. Boa parte deles, como o artista plástico Afonso Lanas Leite, com 39 arquivos da polícia política disponíveis¹⁸ de suas diversas prisões, foram vítimas de violações dos direitos humanos (além de torturado várias vezes, Leite foi exilado primeiro no Chile e depois na Alemanha) e jamais tinham tido acesso a tão vasto material oficial sobre suas detenções e as investigações de que foram alvo. Assim, a iniciativa mostra como uma curadoria jornalística de grandes bases de dados associada à sua disponibilização pela Internet pode ser muito útil também na luta pela memória histórica e pelos direitos humanos, especialmente em um momento em que podemos estar novamente diante de um novo período autoritário.

18 Disponíveis em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?nome=Afonso+Celso+Lana+Leite&nme_tipo=1&submit=Executar+pesquisa&action=results2> e <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?nome=Afonso+Lana+Leite&nme_tipo=1&submit=Executar+pesquisa&action=results2> acesso em 10 de maio de 2017.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Portal. Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>.

HERÓIS DA DEMOCRACIA. Portal. Disponível em:
<http://heroisdademocracia.com.br/portal/uberlandia>.

LEIGH, David; **HARDING**, Luke. Wikileaks – A Guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado. Campinas, Vêrus Editora, 2011.

CRUCIANELLI, Sandra. Guia de Ferramentas Digitais para Jornalistas 2.0. Maputo/Moçambique, IREX/Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, 2013. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/books/FerramentasDigitaisparaJornalistas.pdf>, acesso em 7 de maio de 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser Jornalista – O desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo, Editora Paulus, 2009.

VILELA, Luciana Maluf; **MOLINAR**, Luiz Alberto. Lucilia Rosa Vermelha. Uberaba: Bertolucci, 2011.